

DEMISSÕES

Justiça pode
multar Casas
Bahia em
R\$ 100 mil/dia

A Casas Bahia pode ser obrigada a pagar uma multa diária de R\$ 100 mil caso delete, altere ou sobrescreva qualquer dado ou documento relacionado ao plano de reestruturação que resultou no fechamento de 298 lojas e na demissão de cerca de 3 mil pessoas em todo o País. A punição foi definida na liminar que determinou o restabelecimento dos contratos dos funcionários demitidos. A juíza da 11ª Vara do Trabalho de Brasília, Katarina Roberta Mousinho de Matos, concedeu decisão liminar favorável aos trabalhadores do Grupo Casas Bahia, em ação movida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), determinando a suspensão das dispensas coletivas promovidas pela empresa. Procurada, a Casas Bahia disse que está avaliando seus termos e os próximos passos cabíveis sobre a decisão de suspensão das demissões. "Reforça ainda que respeita as determinações da Justiça e prestará os esclarecimentos", disse a empresa em nota divulgada. **PÁGINA 2**

GOVERNADOR

Supremo adia
julgamento
sobre mandato
-tampão no RJ

O Supremo Tribunal Federal (STF) adiou a retomada do julgamento do processo que trata da realização de novas eleições para o mandato-tampão de governador do Rio de Janeiro. O processo estava previsto para ser julgado na sessão da tarde de ontem, mas foi retirado de pauta. A mudança ocorreu porque os ministros decidiram dar prioridade para o julgamento sobre a validade da Lei Maria da Penha para casos de violência contra a mulher que ocorrem fora do ambiente familiar. A nova data do julgamento sobre o mandato-tampão ainda não foi definida. Em abril, o julgamento foi suspenso após um pedido de vista do ministro Flávio Dino. Até o momento, o placar está 4 votos a 1 pela eleição indireta. O caso trata da ação na qual o diretório estadual do PSD defende a realização de eleições diretas (populares) para o comando interino do estado, e não votação indireta, por meio dos deputados estaduais da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. **PÁGINA 7**

DÍVIDAS

Dario Durigan pretende mediar
negociação do Rio com bancos

LULA MARQUES/ABRASIL



O ministro da Fazenda, Dario Durigan (**foto**), afirmou ontem que vai ajudar a mediar as negociações do governo do Rio de Janeiro com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco do Brasil para avaliar uma possível reestruturação das dívidas do estado com as instituições. "Vou ajudar a mediar para entender se é possível. Se for possível, a gente faz", afirmou Durigan a jornalistas após participar de um almoço promovido pela Associação Nacional de Jornais (ANJ). Na terça-feira passada, Duri-

gan e o governador interino do Rio de Janeiro, Ricardo Couto, reuniram-se por cerca de uma hora no Ministério da Fazenda, em Brasília. Segundo o ministro, Couto pediu o apoio da Fazenda para dialogar com os bancos federais e verificar a possibilidade de renegociar os débitos em condições mais favoráveis. De acordo com Couto, o estado tem cerca de R\$ 26 bilhões em dívidas com instituições financeiras e pretende reescalonar os débitos para reduzir o custo dos juros. **PÁGINA 5**

PROTEÇÃO A MULHER

MARCELO CAMARGO/ABRASIL



Supremo amplia
aplicação de
medidas da Lei
Maria da Penha

O Supremo Tribunal Federal ampliou a aplicação de medidas protetivas da Lei Maria da Penha a casos de violência contra a mulher fora de relações domésticas, familiares ou afetivas. A decisão determina que mulheres vítimas de violência de gênero em contexto comunitário, profissional, institucional, social ou político podem ser protegidas pela lei. O entendimento deverá ser seguido pelos tribunais em decisões semelhantes pelo País. O caso chegou à Corte após a Justiça de Minas negar proteção a uma mulher vítima de ameaça, por considerar que a relação entre as partes não configurava vínculo íntimo de afeto, uma das situações previstas pela Lei Maria da Penha. O ministro Edson Fachin (**foto**), relator do processo, afirmou que a caracterização da violência de gênero se dá pela condição feminina da vítima. **PÁGINA 6**

INDICADORES

IBOVESPA (-0,23% / 167.100,95 / -390,12 / Volume: 29.412.731.063 / Negócios: 3.950.027)										Bolsas no mundo			Salário mínimo	R\$ 1.621,00	IGP-M	-1,16% (jul.)	EURO turismo			
Mais Negociados			Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento		%	Ufir-RJ	R\$ 4.9604	IPCA	0,07% (jul.)	Compra: 6,0585	Venda: 6,2385			
	Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Taxa Selic		CDI		DÓLAR Ptax - BC			
SBSF3	24,28	-7,04	-1,84	ONCO11	0,090	+50,00	+0,030	TCSA3F	0,67	-12,99	-0,10	S&P 500	7.798,99	+0,65	(06/08)	14,00%	13,90%	+0,43%		
B3SA3	14,80	+3,93	+0,56	ESTR4	1,71	+31,54	+0,41	FSRF11	0,07	-12,50	-0,01	US Tech 100	29.284	+1,16	TR		OURO	DÓLAR comercial		
BBA53	18,21	-4,16	-0,79	MLAS3	1,920	+23,08	+0,360	BIOM3	5,50	-10,57	-0,65	Euronext 100	1.974,94	+0,11	(14/08)	0,1730%	BM&F/grama/RJ	R\$ 726,09	Compra: 5,1919	Venda: 5,1925
HAPV3	6,41	-33,09	-3,17	AZEV3	3,88	+18,65	+0,61	JSLG3	4,78	-9,81	-0,52	CAC 40	8.650,56	-0,28	Poupança		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
CVCB3	D1,28	-5,19	-0,07	ALLD3	5,230	+17,53	+0,780	FESA4	5,09	-9,59	-0,54	FTSE 100	10.772,67	-0,56	(14/08)	0,6739%	Compra: 5,9858	Venda: 5,9864	Compra: 5,2196	Venda: 5,3996

EUA

Dívida do governo Trump ultrapassa US\$ 40 trilhões

MATHEUS ANDRADE/AE

O Departamento do Tesouro dos Estados Unidos informou ontem, que a dívida pública total do país atingiu US\$ 40,05 trilhões, ultrapassando a marca dos US\$ 40 trilhões pela primeira vez na história, e, assim, representando mais que o dobro do que era há uma dé-

cada. Os números constam em boletim diário que o Departamento apresenta com as contas públicas.

O dado vem em um momento no qual o déficit acumulado nos 10 meses deste ano fiscal já superou o registrado em todo o período de 12 meses do ano fiscal de 2025 (US\$ 1,775 trilhão).

Em julho de 2026, as receitas

que entraram nos cofres do Tesouro somaram US\$ 334 bilhões, ante saídas de US\$ 766,3 bilhões. Em julho de 2025, o déficit foi de US\$ 291,14 bilhões. No mesmo mês do ano passado, as receitas foram maiores, totalizando US\$ 338,49 bilhões, e as despesas, menores: US\$ 629,64 bilhões.

O economista-chefe e estrategista global da Euro Pacific As-

set Management (EPAM), Peter Schiff, alertou ontem que a decisão do Tesouro dos EUA de dobrar a recompra de títulos longos aumentará seus custos com juros, já que a dívida recomprada terá desconto menor do que os pagos com o dinheiro que empresta. Isso significa que a dívida pública americana crescerá mais rápido do que a média dos vencimentos.

ENERGIA

TCU suspende cautelar e libera mais de R\$ 5 bi para reduzir conta de luz

RENAN MONTEIRO
E JOÃO CAIRES/AE

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Antônio Anastasia suspendeu o bloqueio de mais de R\$ 5 bilhões que devem ser utilizados para aliviar a conta de luz de 22 distribuidoras de energia elétrica, majoritariamente no Norte e Nordeste. No início da semana, ele havia adotado uma medida cautelar para travar esse recurso, após entender a necessidade de registro do montante no Orçamento Geral da União (OGU).

Houve conversas com o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), Ministério de Minas e Energia (MME) e Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O governo e a reguladora en-

tendem que não há necessidade de recolhimento à Conta Única do Tesouro Nacional (CUTN), especialmente porque a previsão legal dá direcionamento específico ao recurso.

Apesar de ter suspenso a cautelar, Anastasia disse que a avaliação do tema continuará. Ele trará voto sobre a questão em outra sessão pública.

O valor bilionário é proveniente da repactuação de dívidas das geradoras hidrelétricas com a utilização de áreas públicas, encargo conhecido como Uso de Bem Público (UBP). Na semana passada, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) havia homologado o valor de R\$ 5,484 bilhões para ser usado como redutor nas tarifas de energia elétricas de consumidores das 22 distribuidoras.

Com isso, os consumidores na baixa tensão residenciais ficaram com efeito médio limitado, aproximadamente, em 6,53%. Ou seja, um percentual significativamente menor em relação às estimativas iniciais, que em alguns casos passavam de 10% ou mesmo 20%. Sem o recurso para aliviar a conta de luz, nos estados contemplados, haveriam reajustes ou revisões elevadas, com repercussão no índice inflacionário.

Foi a Lei nº 15.235/2025 que abriu a possibilidade de as geradoras quitarem o montante anual do UBP à vista, com desconto de 50%. Também foi previsto que o pagamento adiantado pelas geradoras seria revertido em desconto para os consumidores cativos de energia nas áreas da Superintendência do

Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Além de todas as distribuidoras das regiões Norte e Nordeste, a medida abarca o Mato Grosso e partes de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Em junho, representantes de diversas empresas estiveram na sede da Aneel para assinar aditivos aos respectivos contratos de concessão. Pelo balanço apresentado, 29 usinas tiveram repactuação e 22 empresas aderiram. A diretoria da reguladora já havia decidido fazer uma distribuição que busca equilibrar os balanços de custos das distribuidoras. Ou seja, com cada concessionária recebendo uma parte proporcional do recurso.

BALANÇA

Governo espera US\$ 90 bilhões de superávit comercial em 2026

MARIANNA GUALTER, MATEUS
MAIA E GABRIEL MÁXIMO/AE

O ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa, afirmou, ontem, que o governo espera chegar a US\$ 90 bilhões de superávit da balança comercial em 2026, porque conseguiu expandir as exportações para ou-

tras regiões mesmo com tarifas dos Estados Unidos.

"Brasil vem conseguindo ocupar esse espaço e superar inclusive as marcas anteriores. Nós estamos no terceiro ano batendo recorde na balança comercial. Primeiro ano foram US\$ 98 bilhões, o segundo ano caiu para US\$ 60 bilhões e esse ano deve ficar de novo US\$ 90

bilhões", afirmou durante discurso no painel de encerramento da 5ª edição do Fórum Saúde, promovido pela farmacêutica EMS em parceria com o think tank Esfera Brasil, em Brasília.

Durante o evento, ele defendeu que as indústrias da saúde e defesa são áreas estratégicas.

Ainda sobre o tarifação, segundo ele, o que foi perdido de

vendas para os norte-americanos foi compensado por uma expansão em negócios para outros países.

"Nós conseguimos a expansão de 10,5% do comércio exterior para 57 países. Aquilo que nós perdemos na exportação para os Estados Unidos e América, a gente conseguiu expandir para outras nações", completou.

AÉREAS

Abra recorre contra aprovação do negócio Azul-American Airlines

FLÁVIA SAID/AE

A Abra, holding controladora da Gol e da Avianca, apresentou na terça-feira passada, recurso contra a aprovação do negócio envolvendo a Azul e a American Airlines. Em julho, a Superintendência-Geral (SG) aprovou, sem restrições, a aquisição, pela American, de participação minoritária e determinados direitos de governança na Azul.

Habilitada como terceira interessada no ato de concentração, a Abra pediu a reanálise do caso. Especialmente por meio da Gol, a Abra é concorrente da Azul, ao mesmo tempo em que mantém uma parceria atual e crescente com a American Airlines. No recurso, a empresa refutou a conclusão da SG de que as preocupações concorrenciais da Abra "possuem caráter essencialmente privado"

Segundo a Abra, as preocupações e o receio com a propos-

ta de aquisição de participação societária acompanhada de influência significativa e direitos de governança, pela American na Azul, decorrem da existência de foros comuns - Comitê Estratégico e Conselho de Administração da Azul - nos quais dois concorrentes (United Airlines - UA e American Airlines - AA) atuarão conjuntamente.

A empresa entende que a operação vai possibilitar que tais foros sejam compostos por dois dos concorrentes mais relevantes no transporte aéreo regular entre Brasil e Estados Unidos - UA e AA -, inclusive por meio da participação direta de altos executivos comerciais das duas aéreas. E sustenta que esses foros poderão servir como ambiente para decisões e interações, envolvendo informações concorrenciaismente sensíveis, bem como discutirem ativamente rumos comerciais e as suas visões estratégicas sobre o

transporte aéreo regular entre Brasil e EUA.

"A atuação da Abra como terceira interessada no presente Ato de Concentração visa, portanto, resguardar a livre concorrência e o bem-estar do consumidor brasileiro, e não interesses privados", resumiu a empresa.

"É necessário que o tribunal do Cade contorne esta inconsistência analítica, bem como, na análise de probabilidade de exercício de poder de mercado em razão da operação, não considere a UA como uma rival efetiva das requerentes, e sim como um player integrante de tal arranjo", completou.

Por fim, a Abra recordou que, em fevereiro deste ano, por ocasião da análise do negócio entre a UA e a Azul, o tribunal do Cade já havia antecipado preocupações concorrenciais quanto à operação.

A operação entre Azul e American Airlines consiste na aquisi-

ção de participação societária da companhia americana na brasileira. A American deterá participação minoritária de aproximadamente 8% do capital social da Azul, além do direito de indicar representante para o Conselho de Administração e o Comitê Estratégico da Azul, com mandatos até fevereiro de 2028 e fevereiro de 2029, respectivamente.

As áreas notificaram o ato de concentração ao órgão antitruste no início de abril, cerca de dois meses depois de o plenário do Cade aprovar o aumento da participação minoritária detida pela United Airlines na Azul, que passou de 2,02% para aproximadamente 8%. Pelo lado da Azul, a operação representa uma oportunidade de recapitalizar a empresa, que encerrou no começo deste ano o seu processo de recuperação judicial nos Estados Unidos (Chapter 11 Restructuring).

CAUTELAR SUSPENSA

TCU libera contrato de R\$ 1,06 bi entre Porto de Santos e Portolog

JOÃO CAIRES E RENAN
MONTEIRO/AE

O Tribunal de Contas da União (TCU) derrubou ontem a cautelar expedida pelo ministro Augusto Nardes que paralisava o contato de R\$ 1,06 bilhão que havia sido celebrado entre a Autoridade Portuária de Santos (APS) e o Consórcio Portolog SPE.

O ministro Walton Alencar, revisor do processo, afirmou, durante sessão plenária, que manter suspenso o resultado do leilão seria danoso à segurança jurídica, uma vez de ainda não terem sido realizadas as oitivas com todos os envolvidos e pelo fato da Agência Nacional de Transportes Aquáticos (Antaq) já ter decidido por manter o resultado do certame, com ajuste no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ).

"Ainda não se concedeu a oitiva prévia nos termos do Regimento. A suspensão abrupta do ajuste que configu-

ra o periculum in mora reverso, trazendo riscos imediatos de judicialização e de insegurança jurídica", afirmou durante a sessão.

Seu entendimento foi acompanhado pelos ministros Odair Cunha, Jhonatan de Jesus, Antônio Anastasia, Jorge Oliveira e Vital do Rêgo, presidente do TCU.

O revisor afirmou ainda que o ministro Bruno Dantas, cuja esposa integra o consórcio vencedor do leilão, estaria sendo "injustamente atacado" pela imprensa no registro das atualizações do caso.

"Em relação às investivas falsas de que o ministro Dantas foi vítima, feitas pela imprensa marrom deste País, acrescento que ele é honrado e sempre honrou a cadeira que sentou nesta Corte. Sua longa trajetória no serviço público, passando por diversos órgãos da administração, sempre notou, sempre demonstrou o nível de pessoa que é o ministro Bruno Dantas", disse.

FERROVIAS

TCU libera modelagem do Corredor Minas-Rio e avaliza aporte público

JOÃO CAIRES
E RENAN MONTEIRO/AE

O Tribunal de Contas da União (TCU) autorizou ontem, o avanço da modelagem do Corredor Minas-Rio - primeiro projeto de autorização ferroviária estruturado pela Infra S.A. sob novo marco legal do setor -, mas determinou ajustes prévios à publicação do edital.

O ministro relator do processo, Bruno Dantas, afirmou que não foram identificadas irregularidades relevantes no modelo apresentado à Corte e considerou que o modelo atende às exigências legais e constitucionais para seguimento.

Entre os ajustes exigidos antes da publicação do edital, o Tribunal apontou a necessidade de justificar tecnicamente o valor mínimo simbólico de outorga, esclarecer procedimentos de licenciamento ambiental, detalhar aspectos de interoperabilidade com outras malhas ferroviárias e verificar o direito de preferência de concessionárias vizinhas eventualmente afetadas pelo projeto.

O relator deu aval à possibilidade de aportes públicos em projetos autorizados, desde

que precedidos por procedimento competitivo. Pela sistemática apresentada pelo Ministério dos Transportes, a empresa vencedora do chamamento público terá prazo para elaborar estudos de viabilidade e, caso identifique necessidade de recursos públicos para viabilizar o empreendimento, outras empresas poderão apresentar propostas concorrentes demandando menor volume de aporte estatal.

O ministro também manifestou entendimento favorável ao uso de mecanismos de investimentos cruzados e contas vinculadas em contratos de autorização ferroviária, desde que submetidos a regras de governança, transparência e fiscalização. Segundo ele, o tema ainda será analisado de forma mais ampla pelo TCU em outro processo, mas não há impedimento para sua utilização no caso concreto.

O projeto determina a exploração de aproximadamente 733 quilômetros de ferrovias, incluindo trechos entre Guatama e Barra Mansa, atualmente já em operação, e segmentos não operacionais entre Barra Mansa e Angra dos Reis e entre Varginha e Lavras.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

CONTRATAÇÃO Nº 335/2025

A Pregoeira Jerusa Ferreira Dias convida as empresas interessadas em participarem da **Contratação: 335/2025** no dia 01/09/2026 às 9H. **Objeto: Aquisição de 18 (dezoito) Câmaras de Conservação 2 a 8°C, 02 (dois) Freezers -30°C.** Processo nº 33409.002330/2025-62. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

GERÊNCIA ADMINISTRATIVA DO RIO DE JANEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico ADRJA nº 94/2026
Processo 296990. Abertura: 3/9/2026, às 14h00. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de engenharia para instalação de sistema de proteção contra incêndios com utilização do gás FM-200 em Edifício do Banco Central do Brasil no Rio de Janeiro (RJ), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Obtenção do Edital: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/licitacoes>. Informações: comlicit.adrja@bcb.gov.br.
Leticia Martins Assrey Vialle
Pregoeira

INVERNO: Sol com poucas nuvens. Não chove.

DÍVIDAS

Durigan pretende mediar negociação do RJ com bancos

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O ministro da Fazenda, Dario Durigan (**foto**), afirmou ontem que vai ajudar a mediar as negociações do governo do Rio de Janeiro com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco do Brasil para avaliar uma possível reestruturação das dívidas do estado com as instituições.

“Vou ajudar a mediar para entender se é possível. Se for possível, a gente faz”, afirmou Durigan a jornalistas após participar de um almoço promovido pela Associação Nacional de Jornais (ANJ).

Na terça-feira passada, Durigan e o governador interino do Rio de Janeiro, Ricardo Couto, reuniram-se por cerca de uma hora no Ministério da Fazenda, em Brasília. Segundo o ministro, Couto pediu o apoio da Fazenda para dialogar com os bancos federais e verificar a possibilidade de renegociar os débitos em condições mais favoráveis.

DÉBITO BILIONÁRIO

De acordo com Couto, o estado tem cerca de R\$ 26 bilhões em dívidas com instituições financeiras e pretende reescalonar os débitos para reduzir o custo dos juros.

A operação em análise prevê a substituição de dívidas antigas, contratadas em condições consideradas mais onerosas, por novos financiamentos com custos menores. Como os débitos atuais têm garantia da União, a operação poderia ser realizada sem a necessidade de uma nova garantia do Tesouro Nacional.

Durigan afirmou que pretende conversar com o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante,



LULA MARQUES/ABRASIL

e com a presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, para avaliar o espaço das instituições para a negociação.

PROPAG

A situação financeira do Rio no Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) também foi discutida durante a reunião entre o ministro e o governador interino.

O programa permite aos estados refinanciar dívidas com a União por prazo de até 360 meses, com redução dos encargos financeiros, mediante o cumprimento de contrapartidas.

O Rio aderiu ao Propag neste ano e deixou o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), no qual estava enquadrado desde 2022. Com a adesão, segundo o governo estadual, a dívida do Rio com a União caiu de R\$ 210 bilhões para R\$ 168,5 bilhões.

Couto afirmou que a inten-

ção do governo não é apenas reorganizar os débitos, mas entregar o estado ao próximo governo com as contas equilibradas e resultado fiscal positivo.

CONTRAPARTIDAS

Para participar das condições previstas no Propag, o Rio comprometeu-se a reduzir em 20% o total da dívida com a União. Parte dos recursos que seriam destinados ao estado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) permanecerá com o governo federal até 2048.

O acordo também prevê que o estado aplique 1% do saldo devedor em áreas como educação, infraestrutura e segurança.

Segundo dados citados pelo governo federal, a União já pagou aproximadamente R\$ 47 bilhões em dívidas do Rio de Janeiro que não foram quitadas pelo estado desde 2016.

CASO REFIT

Após a reunião de terça-feira, Couto não informou se a situação da Refit, antiga Refinaria de Manguinhos, foi discutida com Durigan.

O Grupo Refit é apontado pela Receita Federal como um dos principais devedores contumazes do país. A empresa acumula débitos tributários superiores a R\$ 26 bilhões com a União e os estados e é alvo de investigações relacionadas a suspeitas de sonegação fiscal, lavagem de dinheiro e ocultação patrimonial.

O grupo também foi alvo de operações realizadas em 2025 que investigaram possíveis fraudes fiscais no setor de combustíveis e mecanismos de ocultação de patrimônio.

A eventual reestruturação das dívidas bancárias do Rio ainda depende da avaliação do BNDES e do Banco do Brasil sobre a viabilidade financeira da operação.

PESQUISA

Rio de Janeiro tem 2ª maior população de rua do país

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

No Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua, lembrado ontem, o estado do Rio de Janeiro chama a atenção, por reunir 35.406 pessoas registradas nessa condição no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), o segundo maior número do país.

Diante de um cenário de pobreza extrema, pelo rompimento de vínculos familiares e pelas dificuldades de acesso à moradia e ao trabalho, o legislativo local aprovou leis para ampliar o acolhimento, garantir direitos e criar alternativas para a autonomia.

Em maio de 2026, o CadÚnico contabilizava 388.855 pessoas em situação de rua no Brasil. São Paulo liderava o ranking nacional, com 159.290 registros. O Rio ocupava a segunda posição, seguido por Minas Gerais, que aparecia em terceiro lugar, com 34.849.

LEGISLAÇÃO

A Lei 9.302/21 instituiu a Política Estadual para a População em Situação de Rua. A norma reconhece como população em situação de rua o grupo marcado pela extrema pobreza, pela fragilização ou pelo rompimento dos vínculos familiares e pela inexistência de moradia convencional regular.

A legislação garante acesso amplo e simplificado às políticas públicas de saúde, educação, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda.

Também prevê a implantação de uma rede de acolhimento temporário, ações de segurança alimentar, qualificação profissional, intermediação de empregos e programas habitacionais acompanhados por equipes multidisciplinares.

A medida proíbe qualquer discriminação no atendi-

to em razão da condição econômica, étnico-racial ou de saúde, inclusive nos casos relacionados ao uso de álcool e outras drogas.

Entre os municípios fluminenses, a capital lidera o ranking da população em situação de rua inscrita no CadÚnico. Veja os números:

- Rio de Janeiro: 22.352 pessoas;
- Niterói: 1.015;
- Duque de Caxias: 977;
- Nova Iguaçu: 727;
- Volta Redonda: 488;
- São Gonçalo: 484;
- Maricá: 471;
- Macaé:402;
- Cabo Frio: 333;
- Petrópolis: 305.

RECOMEÇO

Uma das histórias de superação é a do escritor Leonardo Motta, que viveu nas ruas durante um ano e três meses após enfrentar duas décadas de dependência de álcool e outras drogas. Atualmente, está sóbrio há nove anos, é casado, mora na Ilha de Paqueta e tem três livros publicados.

“O que me levou a essa situação foi a dependência química. Usei drogas durante 20 anos, entre álcool, cocaína e crack. Consegui sair das ruas quando aceitei ajuda e fui para uma instituição de tratamento, onde permaneci por sete meses.”

Leonardo também é autor da Revista na Calçada, publicação de poesia dedicada a dar visibilidade às experiências da população em situação de rua. Hoje, ele participará de uma atividade na Biblioteca Estadual, na Avenida Presidente Vargas, no centro, para apresentar o trabalho e promover um debate sobre a realidade das ruas.

“O conselho que deixo para quem está nessa situação é que aceite ser ajudado. De um lado, existe alguém disposto a ajudar; do outro, é preciso que a pessoa também aceite essa ajuda.

FRAUDE

OAB recebe mais de 2 mil denúncias do golpe do falso advogado

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

Com mais de duas mil denúncias sobre o golpe do falso advogado, a Ordem dos Advogados do Brasil, seção Rio de Janeiro (OABRJ) lançou uma ação de conscientização contra o golpe do falso advogado.

A iniciativa visa ampliar a divulgação de orientações para evitar novas vítimas. Até julho de 2026, a Corregedoria da seccional identificou mais de duas mil denúncias sobre esse tipo de fraude no estado do Rio de Janeiro.

“Nossa principal dica é: desconfie de qualquer pedido de dinheiro ou Pix feito a partir de um número de telefone desconhecido,

do, ainda que você receba uma mensagem com a voz do suposto advogado. Antes de tudo, não efetue pagamentos de pedidos urgentes. Entre em contato com o seu advogado pelos canais que vocês costumam conversar”, orientou a presidente da OABRJ, Ana Tereza Basílio.

Representantes da seccional distribuíram na estação Carioca do Metrô as cartilhas produzidas pela OABRJ com o apoio do Instituto Brasileiro de Pesquisa e Educação Jurídica (Ibrapej). O material explica o que é o golpe, quais são as variações e os sinais de alerta, além de como se prevenir, e cita ainda canais de atendimento.

A subcorregedora da OABRJ

Kátia Rubinstein Tavares destacou que os golpistas se passam por profissionais da advocacia, dão informações muitas vezes equivocadas e enganam as pessoas que aguardam o resultado do seu processo.

"Diante desses casos, denuncie, enviando um e-mail para corregedoria.denuncia@oabRJ.org.br. É necessário cada vez mais fortalecermos o combate a esse golpe", avaliou.

A presidente da Comissão Especial de Combate ao Golpe do Falso Advogado da OABRJ, Luciana Pires, explicou como os estelionatários conseguem acessar as pessoas que têm ações na Justiça. "Os processos são públicos, então todos têm

acesso às informações, e alguns se aproveitam da fragilidade das pessoas para pedir dinheiro".

Entre as ações já realizadas pela OABRJ para combater o golpe do falso advogado está a solicitação para que o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro adote medidas que dificultem o acesso dos golpistas a informações processuais, como a restrição nos filtros de busca no sistema de consulta de processo. A OABRJ também tem solicitado aos advogados e advogadas inscritos a assinatura de um manifesto a favor da aprovação do Projeto de Lei nº 4.709/2025, que criminaliza a prática.

ZONA SUL

Explosão deixa quatro feridos em prédio de Copacabana

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O Corpo de Bombeiros foi acionado no final da tarde desta quarta-feira após uma explosão em um prédio residencial na Rua Sá Ferreira, 44, em Copacabana, zona sul do Rio de Janeiro.

Equipes do Quartel de Copacabana foram mobilizadas para o local e realizaram a retirada dos moradores do prédio, que possui 13 pavimentos, além do subsolo.

Quatro pessoas foram socorridas pela corporação, com ferimentos leves e moderados. Duas vítimas precisaram ser encaminhadas para o Hospital Municipal Miguel Couto, na Gávea, zona sul do Rio.

A Defesa Civil do município foi acionada e, após uma ava-

liação estrutural, verificou que o prédio não corre risco de desabar. Parte da garagem e os dois apartamentos que sofreram abalos com a explosão foram interditados.

O tenente-coronel Fábio Contreras, porta-voz da corporação disse que “os bombeiros tiveram de promover a evacuação de toda a edificação, num total de 150 apartamentos, para que pudesse ter certeza que o prédio não tinha risco de colapso estrutural. Equipes da Defesa Civil foram acionadas, fizeram a avaliação e logo depois liberaram o local com algumas interdições parciais. Nos dois apartamentos que sofreram os abalos no segundo andar e também em parte da garagem do prédio”, explicou.

Nota

BANCÁRIOS FARÃO PARALISAÇÃO DE 24 HORAS NESTA QUINTA-FEIRA

Bancários de todo o país farão uma paralisação de 24 horas hoje, em meio às negociações da campanha salarial de 2026. A categoria cobra reajuste dos salários e benefícios, aumento do piso e mudanças na participação nos lucros e resultados (PLR). A paralisação foi aprovada em assembleias realizadas na segunda-feira e confirmada pelo Comando Nacional dos Bancários. A orientação para os correntistas é resolver os problemas por meio dos aplicativos e do internet banking das instituições financeiras. Entre os pedidos apresentados pelos trabalhadores estão: 5% de aumento real (acima da inflação) nos salários e demais verbas; aumento do piso salarial da categoria; reajuste dos valores do vale-refeição (VR); aumento do vale-alimentação (VA).

MACONHA

Autorizações para importação de cannabis aumentam 29% em 2026

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizou, entre janeiro e junho de 2026, um total de 116.372 importações de produtos à base de cannabis medicinal, aumento de quase 29% em comparação ao mesmo período do ano passado.

Os números fazem parte de levantamento feito pela Cannect, ecossistema de saúde voltado ao cuidado integral de pa-

cientes com doenças crônicas, com base em informações obtidas via Lei de Acesso à Informação (LAI).

De acordo com o relatório, o mês de junho registrou 18.255 pedidos, mantendo a alta observada ao longo do ano. Salvo o pico atípico registrado em março (23.199), a média de 2026 tem se mantido na casa de quase 20 mil autorizações mensais, contra as 15 mil observadas no primeiro semestre de 2025.

Na avaliação da Cannect, os

números demonstram uma mudança estrutural no comportamento do paciente, indicando que a cannabis deixou de ser uma terapia alternativa de exceção para se consolidar como um tratamento de manutenção para milhares de brasileiros com doenças crônicas.

LEGISLAÇÃO

Em fevereiro, a Anvisa publicou a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 1.015/2026, que atualizou o marco regulatório

rio sobre a autorização sanitária para fabricação e importação de produtos de cannabis para uso medicinal humano, instituído pela RDC 327/2019.

A nova norma entrou em vigência em 4 de maio deste ano e a agência esclareceu alguns de seus dispositivos por meio de perguntas e respostas adaptadas a partir de dúvidas recebidas pelos canais de atendimento e de discussões técnicas realizadas durante o processo regulatório de revisão.

CARA DE PAU

Candidata do PL que critica Bolsa Família recebe o benefício

GUILHERME MATOS/AE

A influenciadora Sophia Barclay (PL) costuma criticar o Bolsa Família e os beneficiários do programa nas redes sociais. No entanto, ela própria recebeu o benefício entre 2018 e junho deste ano, segundo dados do Portal da Transparência. Ela concorre a deputada federal por São Paulo e usa o apelido de "Trans de Direita". Segundo o Portal da Transparência, Barclay recebeu Bolsa Família entre 2018 e 2021 (R\$ 7.070,00 no total), Auxílio Emergencial entre 2020 e 2021 (R\$ 4.734,00), Auxílio Brasil entre 2021 e 2023 (R\$ 3.320,00) e Novo Bolsa Família em 2023 e depois entre 2025 e 2026 (R\$ 11.800,00), além de um vale do Gás do Povo em maio deste ano (R\$ 100,23). Ao todo, os cinco programas somam R\$ 27.024,23 desde 2018. Em nota encaminhada à reportagem, a candidata nega receber o benefício de forma contínua, conforme consta no Portal da Transparência. "O que ela descobriu recentemente é que seu nome permaneceu vinculado ao CadÚnico de um familiar, o que pode explicar a existência de registros posteriores no sistema. Essa situação está sendo apurada junto aos órgãos competentes", afirma a nota. A assessoria diz que a candidata recebeu o benefício apenas nos anos de 2018, 2019 e 2020, período em que se encontrava em situação de vulnerabilidade social. "Reforçamos que Sophia não esconde sua trajetória e não tem qualquer vergonha de ter precisado de assistência social em um período difícil de sua vida", afirma a nota. Em dezembro de 2025, mês em que uma publicação no Instagram a identificou como pré-candidata, Barclay recebeu uma parcela do Novo Bolsa Família. Os pagamentos seguiram sem interrupção nos meses seguintes, somando R\$

3.700,23 apenas em 2026. Em vídeo publicado após a repercussão do caso, em que classificou as notícias como "fake news da imprensa", Barclay confirmou ter recebido o Bolsa Família, mas atribuiu o fato a um episódio pontual. "Em 2019, sim, eu recebi a Bolsa Família, mas porque eu fui expulsa da minha casa e estava em um momento de extrema vulnerabilidade por ser uma travesti", disse a candidata. Segundo ela, buscou em seguida não se "contentar com a extrema miséria". A candidata também citou ter recebido o Auxílio Brasil e acusou a imprensa de distorcer os fatos para tentar "destruir" sua candidatura. Ela também comentou a acusação de ter chamado beneficiários do Bolsa Família de "bando de porco". A fala teve origem em uma publicação no X, em 11 de setembro de 2025, feita depois de o ex-presidente Jair Bolsonaro ser condenado. No texto, Barclay questionou os motivos da condenação, chamou o resultado de "injustiça" e associou a comemoração de usuários da rede a quem, segundo ela, "merece mesmo viver apenas de Bolsa Família e se contentar com pouco. Bando de porco". No vídeo publicado após a repercussão do caso, ela negou ter generalizado a ofensa. "Eu chamei aqueles que querem continuar vivendo somente do Bolsa Família e não buscam melhorar a sua vida", disse. Segundo ela, a crítica mirava "aqueles do PT, candidatos, todos aqueles do governo Lula". Esse grupo, na avaliação da candidata, "usa da extrema pobreza pra ganhar voto".

Nas redes sociais, Barclay costuma criticar o governo Lula e atacar a deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP). Ela se apresenta como "A maior voz Anti-Woke do Brasil" e a "trans mais amada".

FALASTRÃO

Zema: Se depender de mim, vamos ter prisão de ministros do STF



GABRIEL MÁXIMO/AE

O candidato do Novo à Presidência, Romeu Zema, voltou a criticar ontem, o Supremo Tribunal Federal (STF) e defendeu não só o impeachment, como a prisão de integrantes da Corte. "Os ministros, algumas frutas podres que tem lá, estão prestando um desserviço ao STF, que sempre foi respeitado, e um grande desserviço ao Brasil. O Brasil está ficando mais feio. Eu tenho lido notícias de

fora sobre o Brasil. O grau de corrupção aqui é cada vez tido como maior por causa do PT e desses ministros que estão lá. Se Deus quiser, nós vamos ter renovação no Senado e impeachment desses ministros. E se depender de mim, prisão", declarou o presidenciável durante sabatina do SBT News. Zema reafirmou ainda que pretende propor idade mínima de 60 anos para indicação de ministros do Supremo e nomeação com base em lista triplíce.

PROTEÇÃO A MULHER

Supremo amplia aplicação de medidas da Lei Maria da Penha

O Supremo Tribunal Federal (STF) ampliou ontem, a aplicação de medidas protetivas da Lei Maria da Penha a casos de violência contra a mulher fora de relações domésticas, familiares ou afetivas. A decisão determina que mulheres vítimas de violência de gênero em contexto comunitário, profissional, institucional, social ou político podem ser protegidas pela lei. O entendimento deverá ser seguido pelos tribunais em decisões semelhantes pelo País.

O caso chegou à Corte após a Justiça de Minas Gerais negar proteção a uma mulher vítima de ameaça, por considerar que a relação entre as partes não configurava vínculo íntimo de afeto, uma das situações previstas pela Lei Maria da Penha.

O ministro Edson Fachin, relator do processo, afirmou que a caracterização da violência de gênero se dá pela condição feminina da vítima, e não pelo ambiente em que ela ocorre. Em seu voto, o magistrado citou dados do levantamento Atlas da Violência 2026, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que mostrou que 64% dos casos de violência ocorrem em casa, mas também houve violência fora do contex-



to doméstico. Durante o julgamento, os magistrados acolheram uma sugestão do ministro Flávio Dino para permitir também a aplicação de medidas protetivas nos casos de violência política de gênero. Ainda foi acolhida a sugestão do ministro Cristiano Zanin, que destacou que o juiz deve analisar o pedido de urgência e encaminhar os autos imediatamente ao juízo responsável.

Cármem Lúcia por sua vez destacou que a violência contra as mulheres e casos de feminicídio estão ligados a relações de poder. "Não há relação de afeto que leve à violência, espancando, matando, mutilando", afirmou. A ministra destacou ainda que, após 20 anos da Lei Maria da Penha, a situação piorou, citando o descumprimento recente de uma medida protetiva concedida à própria Maria da Penha.

Marco Antonio Heredia Viveiros, ex-marido da ativista Maria da Penha Fernandes, foi detido no dia 9 de agosto, em Natal. O Ministério Público cearense apontou que Viveiros descumpriu decisão judicial ao dar entrevista para a Record TV sobre o caso que levou à sua condenação por tentar matar sua antiga companheira há mais de 40 anos. O episódio inspirou a Lei Maria da Penha.

CORTE

Luís Felipe Salomão toma posse como presidente do STJ

LAVÍNIA KAUCZ E MARIANA RIBAS/AE

O ministro Luís Felipe Salomão tomou posse ontem, como presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em cerimônia ao lado dos presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin; do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP); e da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). A gestão, que tem como vice-presidente o ministro Mauro Campbell Marques, ficará à frente do Tribunal até 2028. A presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estava prevista, mas foi cancelada de última hora. O vice-presidente Geraldo Alckmin representou o petista na solenidade.

Em seu discurso, Salomão destacou o filtro de relevância para admissão de recursos pelo STJ. A ideia do filtro é desafogar a Corte, que recebeu 500 mil processos em 2025. A estimativa é que a implementação da nova regra provoque uma redução de 45% nos processos. "O STJ está em ebulição, preparando-se para iniciar um no-

vo tempo dentro do sistema de justiça, implementar o filtro da relevância da questão federal e todas as mudanças regimentais que organizam o Tribunal para funcionar dentro desta nova lógica", declarou Salomão hoje em seu discurso. O ministro atuou pela aprovação do projeto de lei que regulamenta o filtro, sancionado no início do mês por Lula. Em abril, antes da aprovação, Salomão disse à Broadcast que a Corte estava ficando inviabilizada diante do volume de processos. A implementação ainda depende da regulamentação pelo próprio STJ A expectativa de Salomão é de que a implementação ocorra em meados de setembro. Em seu discurso, ele também citou o projeto de lei de autoria do STJ que atualiza os valores das custas judiciais na Justiça Federal, aprovado pelo Congresso nesta semana. Salomão disse que, se o projeto for sancionado, a próxima etapa é implantar as mudanças para o "reaparelhamento de toda a Justiça Federal e do STJ". "A qualidade das decisões, a

transparência e o acesso dos cidadãos serão preocupações permanentes de nós todos. Utilizar a inteligência artificial e as ferramentas tecnológicas para estarem a serviço da sociedade, e não o contrário. Aprimorar a capacitação dos servidores, de maneira saudável e inovadora", afirmou. Também compareceram à cerimônia os ministros do STF Gilmar Mendes, Luiz Fux, Alexandre de Moraes, Kássio Nunes Marques e Flávio Dino, além dos ex-ministros Luís Roberto Barroso e Ricardo Lewandowski. Autoridades do Executivo, como o advogado-geral da União, Jorge Messias, e o ministro da Defesa, José Múcio, também estavam presentes. A solenidade encerra a gestão do ministro Herman Benjamin, que presidiu o STJ desde agosto de 2024. Salomão e Campbell foram escolhidos por unanimidade pelo Pleno do tribunal em 14 de abril para ocupar os dois principais postos da Corte no próximo biênio. Campbell deixa o comando da Corregedoria Nacional de Justiça, que será assumida pelo

ministro Benedito Gonçalves. **LUÍS FELIPE SALOMÃO** Natural de Salvador (BA), Salomão se formou em direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Antes de assumir a cadeira no STJ, em 2008, ele foi advogado, promotor de justiça em São Paulo e desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ). Um dos processos mais emblemáticos relatados por Salomão no STJ foi o que reconheceu a possibilidade de casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Também relatou julgamento que admitiu a alteração no nome e no sexo no registro civil de pessoas trans, independentemente de cirurgia de afirmação de gênero. No Congresso, ele presidiu comissões que resultaram na criação de um marco legal para a arbitragem e mediação e um anteprojeto de reforma no Código Civil. O ministro também integrou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) entre 2018 e 2020 e foi corregedor nacional de Justiça entre 2022 e 2024.

CÂMARA

Comissão aprova destinar multas por racismo a políticas de igualdade racial

GUILHERME MATOS/AE

A Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados aprovou um projeto que destina multas por crimes de racismo ao combate à discriminação por meio do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir). O projeto foi apresentado em 2021 pelo então deputado Alexandre Frota e previa, na versão original, apenas a destinação de multas por racismo e injúria ra-

cial a políticas de combate à discriminação, mediante manifestação prévia de entidades da sociedade civil. O substitutivo aprovado no último dia 12, de autoria do relator Tadeu Veneri (PT-PR), ampliou o escopo. Além das multas por racismo, passou a incluir também prestações pecuniárias pagas em substituição à prisão e indenizações de ações civis públicas por discriminação racial. No caso das ações civis públicas, as verbas irão para o fundo previsto na Lei da Ação Civil Pú-

blica. O dinheiro será aplicado conforme a abrangência nacional, regional ou local do dano causado. No caso da prestação pecuniária, a verba só será realocada se não for destinada às vítimas. O Sinapir, que receberá e destinará as verbas caso o PL seja aprovado, é uma rede de órgãos públicos que coordena políticas voltadas à população negra e a outros grupos étnico-raciais no País. Hoje, o Código Penal determina que o dinheiro arrecadado com multas pagas por condena-

dos seja destinado ao fundo penitenciário - regra que inclui as multas de crimes de racismo e injúria racial. O projeto tramita em caráter conclusivo (rito pelo qual o projeto é votado apenas pelas comissões designadas para analisá-lo, dispensada a deliberação do Plenário) e ainda será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para virar lei, precisa ser aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

GOVERNADOR

STF adia julgamento sobre mandato-tampão no Rio

ANDRE RICHTER/ABRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) adiou a retomada do julgamento do processo que trata da realização de novas eleições para o mandato-tampão de governador do Rio de Janeiro.

O processo estava previsto para ser julgado na sessão da tarde de ontem, mas foi retirado de pauta. A mudança ocorreu porque os ministros decidiram dar prioridade para o julgamento sobre a validade da Lei Maria da Penha para casos de violência contra a mulher que ocorrem fora do ambiente familiar.

A nova data do julgamento sobre o mandato-tampão ainda não foi definida. Em abril, o julgamento foi suspenso após um pedido de vista do ministro Flávio Dino. Até o momento, o placar está 4 votos a 1 pela eleição indireta.



THIAGO LONTRA/ALERJ

O caso trata da ação na qual o diretório estadual do PSD defende a realização de eleições diretas (populares) para o comando interino do estado, e não votação indireta, por meio dos deputados estaduais da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), como definiu o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A eleição para o mandato-tampão deverá ser realizada porque a linha sucessória do estado está desfalcada.

No dia 23 de março, o ex-governador Claudio Castro foi condenado à inelegibilidade pelo TSE. Em função da condenação, o tribunal determinou a realização de eleições indiretas. O ex-vice-governador Thiago

Pampolha deixou o cargo, em 2025, para assumir uma vaga no Tribunal de Contas do estado. Desde então, o estado não tem vice-governador.

O próximo na linha sucessória seria o ex-presidente da Alerj, Rodrigo Bacellar (**foto**). No entanto, o parlamentar foi cassado na mesma decisão do TSE que condenou Castro e já deixou o cargo.

Em nota, a defesa de Rodrigo Bacellar afirmou que está convicta de que ele será absolvido. Segundo os advogados, a instrução do processo e os documentos apresentados à Justiça deverão demonstrar a inocência de Bacellar e sua ausência de envolvimento nos fatos descritos na acusação.

Atualmente, o presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), Ricardo Couto de Castro, exerce interinamente o cargo de governador do estado

INELEGIBILIDADE

MP pede que TSE barre candidatura de Pablo Marçal

RICARDO CORRÊA/AE

O Ministério Público Eleitoral pediu à ministra relatora Estela Aranha, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que barre a candidatura do ex-coach Pablo Marçal à Presidência da República e, liminarmente, que o proíba de realizar campanha. Na peça, o MP aponta a inelegibilidade de Marçal até 2032 e questiona a filiação partidária do candidato.

Na impugnação apresentada no registro de candidatura de Marçal, o vice-procurador-geral eleitoral, Alexandre Espinosa Bravo Barbosa, lembra que o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) confirmou, em 4 de dezembro de 2025, "a sentença que condenou Marçal pela prática de uso indevido dos meios de comunicação social, diante da 'promoção de concursos com oferta de prêmio para incentivar a produção e disseminação massiva de conteúdo eleitoral na internet por pessoas naturais', mantendo a sanção de inelegibilidade pelo prazo de oito anos seguintes à eleição". Desta forma, Marçal não poderia se candidatar.

Além disso, o MP Eleitoral aponta que Marçal, desde 6 de março, encontra-se filiado ao União Brasil, mesmo querendo lançar sua candidatura pelo PRTB.

Marçal conseguiu uma liminar para garantir uma filiação retroativa ao PRTB, apontando que havia preenchido uma ficha de filiação antes de 4 de abril, data-limite prevista pela legislação eleitoral. Contudo, o MP aponta que, em uma série de entrevistas a veículos de comunicação e vídeos de apoiadores, Marçal se coloca como filiado ao União Brasil depois dessa data. Uma delas é uma entrevista ao repórter Guilherme Caetano, no Estado, publicada em 12 de abril e gravada no dia 8.

Na impugnação, o MP Eleitoral pede que seja concedida a tutela de urgência "para obter que o candidato impugnado tenha acesso aos recursos públicos de campanha eleitoral (Fundo Especial de Financiamento de Campanha e/ou Fundo Partidário) e seja impedido de realizar propaganda eleitoral gratuita no rádio e televisão, bem como aos demais atos de propaganda eleitoral - inclusive debates".

Além disso, pede que Marçal seja notificado para a defesa no prazo de 7 dias, mas ressalta o pedido de que, "tratando-se de matéria de direito, sem necessidade de dilação probatória, seja julgada procedente a impugnação para se indeferir o pedido de registro de candidatura impugnado."

ENTREGA DE REMÉDIOS

Anvisa inicia processo para regulamentar uso de apps de delivery

LEONARDO SIQUEIRA/AE

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) decidiu ontem, iniciar o processo de regulamentação da contratação de plataformas de delivery por farmácias e drogarias para a logística e a entrega de medicamentos aos consumidores.

A medida foi discutida pela diretoria colegiada do órgão, uma semana após a agência revogar restrições que impediam aplicativos como iFood e Rappi, e plataformas de comércio eletrônico como Mercado Livre, Americanas e Shopee, de anunciar e comercializar medicamentos.

Nesta primeira reunião, o colegiado se posicionou a favor de atribuir a iniciativa ao Congresso Nacional. Nesse cenário, a Anvisa seria uma executora da decisão tomada pelo Legislativo.

Para acelerar o processo, a Anvisa não deve seguir com a Análise de Impacto Regulatório, procedimento que poderia levar meses ou anos, mas fará uma Consulta Pública aberta para a sociedade. A Anvisa não tem previsão de quando vai entregar uma nova regulamentação.

ANVISA PUBLICOU

No dia 10 de agosto, a Anvisa revogou as restrições que impediam iFood, Rappi, Mercado Livre, Americanas e Shopee de anunciar e comercializar medicamentos.

Até a nova regulamentação, as farmácias e drogarias poderão contratar aplicativos de delivery para os serviços de logística e entrega dos produtos, conforme as regras da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 44/2009.

A resolução, publicada no Diário Oficial da União (DOU), cita a Lei nº 15.357/2026, aprovada em março, que passou a autorizar farmácias e drogarias regularmente licenciadas a contratar canais digi-

tais e plataformas de comércio eletrônico para a logística e a entrega de medicamentos aos consumidores.

Na prática, porém, a mudança é limitada, já que a venda remota continua sujeita às regras da RDC nº 44/2009. Que estabelece:

- A proibição da venda pela internet de medicamentos tarja preta e de produtos sujeitos a controle especial, como psicotrópicos, alguns medicamentos para emagrecimento e antibióticos que exigem retenção de receita;

- A determinação de que o consumidor seja informado sobre a origem do medicamento e a farmácia responsável pela venda. Além disso, o paciente deve ter acesso a um farmacêutico para esclarecer dúvidas, por telefone ou chat;

- O transporte deve preservar as condições adequadas de temperatura, umidade e segurança, de forma a evitar danos ou contaminação. A dispensação remota também só pode ser realizada por farmácias e drogarias abertas ao público e com farmacêutico presente no estabelecimento. Não é permitida a venda sem a presença do profissional.

Em comunicado, a Anvisa afirma que as revogações não isentam as empresas de cumprir "integralmente a regulamentação sanitária aplicável". Ainda de acordo com a Anvisa, a liberação foi motivada por um questionamento formal em relação à Lei 15.357/2026.

"Entretanto, é importante ressaltar que a revogação de resoluções da vigilância sanitária não implica em autorização automática de comercialização de produtos farmacêuticos. A aplicação do § 6º do artigo 6º da Lei 5.991/1973 está condicionada à regulamentação que ainda será editada pela Agência", afirmou a Anvisa. A nova regulamentação não tem previsão para ser publicada.

2026

Candidaturas LGBTQ+ têm recorde e se espalham por mais partidos

CRISTINA ÍNDIO DO BRASIL/ABRASIL

O número de candidaturas LGBTQ+ registrou um recorde para as eleições gerais de 2026. Até o agora, há 514 nomes confirmados, o que representa um crescimento de 57% na comparação com 2022.

Os dados fazem parte de um levantamento divulgado na terça-feira pelo Instituto Plena Cidadania, organização que desenvolve projetos relacionados à democracia, cidadania e direitos humanos.

A expansão ocorre em sentido contrário ao universo geral da eleição. Em 2022, o total de candidaturas era de 29.262 e, em 2026, caiu para 20.524. Com isso, proporcionalmente, a participação LGBTQ+ no universo eleitoral mais que dobrou, saindo de 1,12% para 2,5%.

Enquanto, em 2022, havia uma candidatura LGBTQ+ para cada cerca de 90 candidaturas, em 2026, a proporção é de uma para cada 40.

As candidaturas à Câmara dos Deputados foram 116 na última eleição e, neste ano, são 214, o que significa alta de 84%. Na disputa pelas assembleias estaduais e distrital, o crescimento foi de 36%, passando de 205 para 279.

Gui Mohallem, da diretoria executiva do Instituto Plena Cidadania, descreveu que a pre-

sença de candidaturas LGBTQ+ também está mais espalhada pelo sistema partidário. Pelos cálculos do levantamento, em 2022, esses postulantes estavam em 23 das 32 legendas. Neste ano, estão em 27 dos 30 partidos em disputa.

“O que a gente está vendo é que o maior aumento de candidaturas LGBTQ+ é justamente no Congresso Nacional. A eleição para deputado federal é extremamente importante para os partidos, porque ela determina o quanto de dinheiro ele vai ter. O financiamento do partido é determinado pela quantidade de votos a deputados federais que ele consegue”, disse em entrevista à Agência Brasil.

“Os partidos estão vendo, o que já sabemos há muito tempo, que LGBTQ+ entrega mais por real investido. A nossa leitura dessa explosão é que finalmente os partidos estão entendendo que LGBTQ+ é uma força eleitoral”.

O levantamento chama atenção para o nível de investimento dos partidos nessas campanhas, uma vez que a competitividade delas depende dos recursos.

Conforme o estudo, mais da metade das lideranças LGBTQ+ eleitas em 2024 vinculadas a partidos de centro e de direita não receberam financiamento partidário. Entre as pessoas LGBTQ+ eleitas por partidos de esquerda, esse percentual foi de um quinto.

REGIÕES

O aumento de candidaturas LGBTQ+ foi maior fora do eixo Sul-Sudeste: na Região Norte, subiu 141%; seguida da Centro-Oeste, com 88%; e da Nordeste, com 82%.

O Sudeste ainda concentra o maior número absoluto de candidaturas, apesar de ter recuado de 37,6% para 31,3% do total.

Em número de candidaturas, a Região Norte cresceu de 22 para 53 candidaturas; a Centro-Oeste, de 41 para 77; a Nordeste, de 73 para 133; e a Sudeste permanece na frente, com 161.

“A gente está fazendo muito mais ações e decidiu, há três anos, focar fora do Sudeste, onde já estava mais organizado”, acrescentou Gui, destacando que, na eleição de 2022, os candidatos LGBTQ+ conseguiram 3,5 milhões de votos no país.

Outra diferença em 2026 é o espalhamento das candidaturas entre as legendas. Antes, eram mais concentradas no PT e PSOL, que ainda estão na frente, mas já há mais candidatos em outros partidos.

“A nossa presença na sociedade é inevitável. Está sendo interessante porque o aumento vai até os partidos de extrema direita”, contou, completando que os partidos é que fazem a declaração LGBTQ+.

PAUTAS

O diretor executivo destacou

ainda que as atuações de quem alcança uma cadeira nas casas legislativas não defendem apenas bandeiras LGBTQ+, mas se dedicam a questões sociais.

“LGBT+ é um dos grupos a quem são negados a cidadania plena. A gente também é deficiente, mulher, favelado, negro. LGBTQ+ está em todos os lugares, então, quando a gente chega no poder, tem uma bagagem muito maior e pronta para responder às demandas da população”, afirmou.

METODOLOGIA

Os dados do levantamento são baseados em inscrições registradas no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e na plataforma do VoteLGBT, “considerando as candidaturas autodeclaradas e com autorização de divulgação”.

“Por se tratar de dados auto-declaratórios, novos cadastros poderão ser incluídos no site VoteLGBT, e as informações poderão ser atualizadas e complementadas periodicamente. Dados atualizados estarão disponíveis ao longo da campanha no dashboard do projeto”, informou o Instituto Plena Cidadania.

A iniciativa VoteLGBT foi criada em 2014 “para conectar eleitoras e eleitores brasileiros a lideranças LGBTQ+ comprometidas com os direitos humanos, a democracia e a representatividade política”.

ELEIÇÕES

TSE recebe mais de mil denúncias nos primeiros dias de campanha

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A Justiça Eleitoral recebeu nos primeiros dias da campanha eleitoral 1.103 denúncias de irregularidades na propaganda dos candidatos. Os registros foram contabilizados pelo aplicativo Pardal, ferramenta eletrônica responsável pelo recebimento das ocorrências.

Até o momento, São Paulo registra o maior número de denúncias, que totalizam 193. Em seguida aparecem os estados de Pernambuco (106); Paraná (102); Rio Grande do Sul (95) e Minas Gerais (89).

As denúncias envolvem casos de propaganda proibida em bens públicos, antes do prazo

permitido, showmícios com artistas e divulgação de notícias falsas na internet.

DENÚNCIAS

O aplicativo Pardal pode ser baixado gratuitamente nas lojas virtuais Google Play e App Store.

Para acessar o aplicativo é necessário fazer login por meio da senha do e-Título ou da plataforma Gov.br. Apesar do registro, a Justiça Eleitoral garante que o nome do autor da denúncia ficará em sigilo.

Após receber as denúncias, a Justiça Eleitoral encaminha as ocorrências para as autoridades competentes, entre elas, o Ministério Público e os juízes eleitorais.

CAMPANHA

A campanha eleitoral dos candidatos às eleições de outubro começou no último domingo. Os candidatos podem participar de carreatas, passeatas e panfletagem entre 8h e 22h.

As mobilizações devem manter distância mínima de 200 metros das sedes dos Poderes Executivo e Legislativo, além de tribunais, quartéis militares, hospitais, escolas e igrejas.

Os atos estão permitidos até 3 de outubro, um dia antes do primeiro turno.

Os comícios podem ser realizados entre 8h e meia-noite e estão autorizados até 1º de outubro.

A propaganda eleitoral gra-

tuita no rádio e televisão será permitida entre 28 de agosto e 1º de outubro.

ELEIÇÕES

O primeiro turno será realizado no dia 4 de outubro, quando serão eleitos deputados federais, estaduais, distritais, governadores, senadores e o presidente da República.

O segundo turno está marcado para o dia 25 de outubro e pode ocorrer na disputa para os cargos de governador e presidente. Os eleitores voltarão às urnas se nenhum dos candidatos obtiver mais de 50% dos votos válidos, excluindo brancos e nulos, no primeiro turno.

CORRUPÇÃO

Zelenski demite alto funcionário do gabinete presidencial

O presidente ucraniano, Volodimir Zelenski, demitiu um de seus principais assessores ontem, no momento em que investigadores apontaram um vice-chefe do gabinete presidencial entre os suspeitos de corrupção e lavagem de dinheiro.

O desdobramento ocorre um dia depois de o recém-demitido ministro da Defesa da Ucrânia exigir a realização de eleições nacionais, apesar da invasão russa, que já dura mais de quatro anos.

Embora Zelenski não tenha sido implicado na investigação de corrupção, o caso ameaçava arrastá-lo para mais uma crise política e servir como novo teste de sua resiliência.

Os investigadores divulgaram poucos detalhes sobre a apuração. O caso identificou um grupo de pessoas suspeitas de lavar 150 milhões de hryvnias (US\$ 3,4 milhões) para pagar a fiança de um réu em um grande processo de corrupção ocorrido no ano passado, informou o Gabinete Nacional Anticorrupção.

Esse processo anterior, envolvendo a empresa estatal de energia nuclear, levou à renúncia dos ministros da Justi-

ça e de Energia da Ucrânia.

Entre os novos suspeitos estão um ex-parlamentar, o presidente do conselho de administração de um banco estatal e o chefe do conselho fiscal da instituição, além de um vice-chefe do gabinete presidencial, segundo a agência.

Zelenski não fez comentários públicos sobre a investigação, mas emitiu um decreto exonerando Iryna Mudra do cargo de vice-chefe do Gabinete da Presidência. Os investigadores não a apontaram como suspeita.

Investigadores realizaram buscas no gabinete de Mudra ontem, informou o parlamentar Oleksii Honcharenko.

Zelenski continua sendo alvo de investigações de corrupção de alto nível, embora nunca tenha sido apontado como suspeito, mesmo quando as apurações envolveram autoridades próximas a ele. No ano passado, seu chefe de gabinete, Andriy Yermak, renunciou e mais tarde foi apontado como suspeito em uma grande investigação de corrupção envolvendo um projeto de construção de luxo - o que representou a maior ameaça ao governo de Zelenskyy desde a invasão russa em 2022.

Saída de ministro da Defesa e mudanças no governo provocam protestos

A União Europeia identificou a corrupção arraigada como um dos principais obstáculos para a adesão da Ucrânia ao bloco, algo desejado pelo país. Ex-assessor de Zelenski defende realização de eleições em tempo de guerra

Zelenski já enfrenta pressão devido à demissão, no mês passado, do Ministro da Defesa Mykhailo Fedorov - um dos membros mais antigos de sua equipe e aliado próximo desde que o ajudou a vencer a eleição presidencial de 2019.

Ao tentar conciliar as tensões entre os inovadores jovens e familiarizados com tecnologia do Ministério da Defesa e os comandantes de campo veteranos e treinados na era soviética, Zelenski correu o risco de irritar ambos os lados ao reformular sua liderança em tempo de guerra. Ele afastou tanto Fedorov - cujas mudanças nas aquisições militares visavam erradicar a corrupção - quanto o comandante-em-chefe, General Oleksandr Syrskyi.

Isso desencadeou protestos de rua contínuos em apoio a Fedorov. Para Zelenski, foi a segunda vez em um ano que uma medida provocou forte reação pública, após sua tentativa de restringir os poderes das agências anticorrupção em 2025.

Em um pronunciamento publicado no YouTube na noite de terça-feira, Fedorov pediu a realização de eleições - parecendo confrontar diretamente Zelenski, cujo mandato expirou em 2024. A Constituição da Ucrânia proíbe tal votação sob lei marcial.

"Devemos encontrar um mecanismo legal, seguro e realista que permita à Ucrânia restaurar um processo democrático pleno, mesmo em meio a uma guerra prolongada", disse Fedorov.

Ele afirmou que a Ucrânia enfrenta uma crise de governança, argumentando que o

sistema atual está voltado para a autopreservação e a resistência a mudanças. Também condenou a corrupção entre autoridades, sem citar nomes, afirmando que ela enfraqueceu a capacidade de luta da Ucrânia.

O gabinete de Zelenski não comentou imediatamente o pronunciamento de Fedorov. Não ficou claro de imediato se o apelo de Fedorov encontraria eco entre os ucranianos.

Também ontem, os legisladores aprovaram o candidato de Zelenski, o Major-General Yevhenii Khmara, como novo Ministro da Defesa - uma medida que efetivamente fecha as portas para um possível retorno de Fedorov ao cargo em um futuro próximo.

Os legisladores também aprovaram a permanência de Andrii Sybiha como Ministro das Relações Exteriores, após ele ter atuado interinamente na função.

Turbulência política ocorre após sucessos ucranianos na guerra.

A turbulência política segue-se a sucessos recentes da Ucrânia na guerra. Utilizando tecnologia inovadora de drones, o país tem atingido repetidamente instalações petrolíferas russas, provocando escassez de combustível. Também chocou a opinião pública russa ao atacar armazéns da Wildberries, a maior varejista online do país, e travou avanços na linha de frente do exército russo, que é maior.

No entanto, Zelenski não conseguiu ganhar tração nos esforços de paz liderados pelos EUA, e a Ucrânia está à mercê dos mísseis balísticos russos, uma vez que não há disponibilidade de mais interceptadores Patriot de fabricação americana devido aos baixos estoques internacionais.

O presidente russo, Vladimir Putin, tem relutado em negociar um acordo de paz diretamente com Zelenski.

ALVOS

Irã cogita atacar Europa se Trump escalar a guerra

O Irã cogita atacar alvos americanos na Europa se o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, escalar a guerra contra o país, informou ontem, o jornal Financial Times. De acordo com pessoas do regime iraniano ouvidas pelo jornal, as forças armadas cogitam atacar locais em países do sudeste europeu.

Possíveis alvos estariam em nações como a Bulgária, país que no mês passado aprovou o uso de sua base aérea de Bezmer para aeronaves de reabastecimento dos EUA, e no Chipre. Outro possível alvo do regime teocrático seriam os cabos de fibra ótica que passam no fundo das águas do Estreito de Ormuz. Segundo o Financial Times, isso revela que Teerã vê a retomada da guerra como uma questão de "quando", não de "se". Na última terça-feira, Trump afirmou que não há negociações em andamento entre

EUA e Irã, nem conversas marcadas para ocorrer.

A Guarda Revolucionária Islâmica e outros comandantes militares do Irã alertaram que, em qualquer novo conflito em grande escala, o país iria além de sua estratégia anterior de atacar alvos militares dos EUA, instalações de energia e outras infraestruturas no Oriente Médio, passando a atacar alvos mais distantes.

O Irã poderia lançar mísseis balísticos de médio alcance contra alvos dos EUA no sul e sudeste da Europa, como os da série Shahab, mas um especialista afirmou que esses mísseis teriam dificuldade em causar danos a distâncias maiores. A retaliação do Irã dependeria das ações de Washington, segundo as fontes do regime ouvidas pelo Financial Times.

Uma delas afirmou que o regime estava preparando um plano para ampliar ainda mais o

conflito caso Trump concretizasse ameaças anteriores de atacar a infraestrutura iraniana. No mês passado, o presidente dos EUA afirmou que Washington destruiria uma ponte ou usina de energia iraniana toda vez que o Irã atacasse um navio no estreito.

A segunda fonte disse que o Irã não imporiria "nenhum limite" à sua resposta em caso de agressão dos EUA. "Caso os EUA vão longe demais, o Irã se defenderá a qualquer custo, irá além da região e atacará a Europa também", disse a pessoa. De acordo com as fontes, o ataque a uma base americana na Jordânia que causou as mortes de três soldados dos EUA foi uma demonstração da precisão e do poder de fogo iranianos.

"Essa também foi uma mensagem para a Europa: ela pode ser alvo de mísseis, por isso deve saber qual deve ser a sua posição nesta guerra", disse a pri-

meira fonte. "Um erro muito grave, como atacar nossa infraestrutura, poderia fazer com que a guerra ultrapassasse os limites da região e chegasse à Europa."

Ao mesmo tempo, o governo iraniano também tem dado mais poder para pessoas da linha-dura do regime, como Mohsen Rezaei, um ex-comandante da Guarda Revolucionária que o líder supremo iraniano, Mojtaba Khamenei, nomeou na semana passada como o principal responsável pela segurança do país.

Assim, pessoas que privilegiavam as negociações, como o líder do parlamento Mohammad Bagher Ghalibaf, estariam mais afastados. O Irã "está enviando uma mensagem clara de que, se vocês não chegarem a um acordo com Ghalibaf, terão que lidar com Rezaei", disse a segunda fonte. "A mensagem é: 'Não sejam loucos, porque eu sou mais louco do que vocês'."

GENOCÍDIO

Israel confirma ter atirado em carro de menina palestina

As Forças Armadas de Israel anunciaram ontem, suas primeiras investigações criminais sobre a conduta das tropas na guerra em Gaza, com foco nos assassinatos de Hind Rajab, de 5 anos, e de sua família, bem como de 15 paramédicos palestinos.

As Forças Armadas afirmaram que não abrirão investigações criminais sobre outros três ataques que resultaram na morte de trabalhadores humanitários da World Central Kitchen e da Médicos Sem Fronteiras. O comunicado informou que foram concluídas as análises de 150 incidentes relacionados à conduta das tropas em Gaza e que foram tomadas decisões sobre esses cinco casos citados.

O comunicado das Forças Armadas Israelenses não mencionou as muitas outras mortes de grande repercussão que Israel se comprometeu a investigar ao longo da guerra, como os ataques israelenses a um hospital no sul de Gaza que mataram cinco jornalistas em agosto de 2025, incluindo Mariam Dagga, uma jornalista visual que trabalhava como freelancer para a Associated Press (AP) e outras agências de notícias.

Tanto o assassinato de Rajab e de sua família - que ficaram presos em um veículo e imploravam por ajuda por telefone em fevereiro de 2024 - quanto o assassinato de 15 profissionais de saúde em maio de 2025 geraram indignação internacional.

Especialistas independentes do Conselho de Direitos Humanos da ONU afirmaram que o assassinato de Rajab pode constituir um crime de guerra. Grupos de direitos humanos apresentaram denúncias de crimes de guerra ao Tribunal Penal Internacional e solicitaram a indiciamento de soldados que identificaram como envolvidos no assassinato.

A avó de Rajab, também chamada Hind Rajab, disse à AP por telefone que a investigação israelense não é suficiente e pediu uma investigação internacional sobre o assassinato de sua neta e de todos os milhares de crianças mortas em Gaza durante a guerra. "É necessária uma investigação internacional para revelar a verdade e responsabilizar todos os culpados", disse ela. "Exigimos justiça, não apenas para Hind, mas para todas as crianças de Gaza."

O comunicado das forças armadas israelenses foi divulgado quase três anos após o início da guerra. Os ataques israelenses continuam em Gaza, apesar de um frágil cessar-fogo.

MENINA SOBREVIVENTE

As forças armadas admitiram ter atirado contra o carro da família que transportava Rajab, quatro de seus primos e seus tios, enquanto fugiam de uma invasão israelense à Cidade de Gaza

Enquanto os tiros voavam ao redor deles, a prima de Rajab, Layan Hamada, de 15 anos, ligou para o centro de paramédicos do Crescente Vermelho Palestino, informando que um tanque se aproximava e que sua família havia sido morta. Segundos depois, mais tiros foram ouvidos, e os gritos de Layan cessaram, de acordo com a gravação da ligação feita pelo Crescente Vermelho, a organização da Cruz Vermelha para países islâmicos.

Os paramédicos palestinos enviaram uma ambulância para resgatar Rajab, a única sobrevivente, e permaneceram na linha até que a comunicação fosse perdida. Rajab, seus cinco parentes e dois paramédicos da ambulância foram encontrados mortos 12 dias depois.

As forças armadas admitiram ontem que as tropas haviam atirado contra aquela ambulância, matando os dois paramédicos.

Quinze paramédicos estavam tentando chegar até as vítimas.

No outro caso de morte, tropas israelenses abriram fogo contra os veículos dos 15 paramédicos enquanto eles dirigiam na cidade de Rafah, no sul do país. As forças armadas informaram que um vice-comandante havia sido instruído a se afastar do cargo.

As tropas atiraram em uma ambulância que se dirigia para resgatar vítimas de uma ofensiva israelense e, em seguida, dispararam contra vários outros veículos de emergência que saíram em busca dessa ambulância, de acordo com imagens de celular e com o único sobrevivente dos tiroteios.

As tropas, então, passaram com tratores por cima dos corpos e dos veículos, enterrando-os em uma vala comum. Funcionários da ONU e equipes de resgate só conseguiram chegar ao local uma semana depois para retirar os corpos. Na época, o chefe de assuntos humanitários da ONU, Tom Fletcher, exigiu "justiça e respostas".

"Eles foram mortos em seus uniformes. Dirigindo seus veículos claramente identificados. Usando suas luvas. A caminho de salvar vidas. Isso nunca deveria ter acontecido", disse Jonathan Whittall, um funcionário da ONU que ajudou a recuperar os corpos

As forças armadas israelenses afirmaram inicialmente que abriram fogo porque os veículos estavam "avançando de forma suspeita" em direção às tropas próximas, sem faróis ou sinais de emergência. Mas voltaram atrás nessa versão depois que surgiram imagens mostrando as equipes do Crescente Vermelho e da Defesa Civil dirigindo lentamente, com as luzes de emergência acesas e os logotipos visíveis.

"Não somos obrigados a provar a verdade, pois ela já está comprovada para o mundo inte-

ro", disse Eid Azizi, porta-voz do Crescente Vermelho Palestino, à AP em uma ligação telefônica. "Não teríamos chegado a esse ponto se eles tivessem respeitado e seguido o direito internacional humanitário."

Israel não abrirá inquérito criminal sobre ataque à World Central Kitchen.

As forças armadas informaram que decidiram não abrir um inquérito criminal sobre os ataques aéreos de abril de 2024 que atingiram um comboio de veículos da World Central Kitchen, matando sete funcionários da organização humanitária sediada nos Estados Unidos, que distribuiu alimentos em Gaza durante toda a guerra.

Na época, a organização humanitária afirmou ter coordenado com as forças armadas a movimentação de seus veículos. Os veículos, que exibiam o logotipo da organização no teto - visível do ar -, ficaram totalmente carbonizados e destruídos, indicando múltiplos ataques direcionados.

O comunicado das forças armadas divulgado nesta quarta afirmou que várias pessoas nos veículos foram identificadas erroneamente como combatentes armados do Hamas e que o comboio se desviou da rota previamente coordenada. No entanto, concluiu que "as decisões dos comandantes não suscitaram suspeita razoável de conduta criminosa". Na época, dois oficiais foram destituídos de seus cargos e outros três receberam repreensão.

As forças armadas também decidiram não instaurar processo criminal pelas mortes de quatro funcionários da organização "Médicos Sem Fronteiras", em dois incidentes distintos ocorridos em novembro de 2023 e fevereiro de 2024. Posteriormente, Israel proibiu a organização humanitária médica de atuar em Gaza.

Nota

TRUMP ESCOLHE MÉDICA ANTIVACINA E ANTIABORTO PARA COMANDAR FDA

Heidi Overton, uma das principais assessoras da Casa Branca, foi escolhida para liderar a Administração de Alimentos e Medicamentos (FDA), anunciou o presidente Donald Trump ontem. Overton é médica e vice-diretora do Conselho de Política Interna da Casa Branca, tendo trabalhado em diversas iniciativas de saúde do segundo mandato de Trump. Ela se tornou uma figura de confiança da administração e uma defensora dos objetivos do presidente republicano. Senadores democratas criticaram duramente a nomeação. "Heidi Overton é uma extremista de extrema-direita e antiaborto que não tem o menor direito de liderar a FDA", publicou a senadora Patty Murray, membro da comissão, nas redes sociais. Caso seja confirmada pelo Senado,

ela terá que equilibrar uma série de prioridades conflitantes, incluindo as fixações de Trump, os interesses autorregulamentação dos republicanos tradicionais e a postura antikapitalista do Secretário de Saúde, Robert F. Kennedy Jr. Esses desafios marcaram a gestão do chefe anterior da FDA, Marty Makary . Ele renunciou em maio, deixando para trás projetos inacabados, como o trabalho com alimentos ultraprocessados, antidepressivos e vacinas contra a Covid-19. Em uma publicação no Truth Social, Trump se referiu à "Dra. Heidi" e disse que Overton era uma "estrela do rock" inteligente e respeitada, que cumpriria suas prioridades de curas mais rápidas, inovação, preços mais baixos para medicamentos e mais vitórias para o movimento "Make America Healthy Again" de Kennedy. Kennedy publicou no X que Overton tem "discernimento excepcional, profissionalismo, disciplina e um compromisso inabalável com o povo americano".